

Pandemia da Palavra: a curva do negacionismo como política de morte no Brasil

Pandemic of the Word: the curve of denialism as a politics of death in Brazil

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

adrianomenino2016@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar os discursos negacionistas proferidos pelo ex-presidente Bolsonaro durante a pandemia de covid-19, examinando-os como práticas discursivas que, ao circular no espaço público, produziram efeitos materiais na condução da crise sanitária no Brasil. Assim, tais enunciados funcionaram como vetores patogênicos de uma *Pandemia da Palavra*, isto é, um contágio discursivo capaz de normalizar a morte e difundir desinformação. Metodologicamente, a pesquisa articula o emprego quantitativo da EMA para mensurar a propagação discursiva em paralelo às curvas epidemiológicas de óbitos e a aplicação do método arqueogenealógico, inspirado em Foucault (1996; 1999; 2005), para compreender as condições históricas, políticas e discursivas que tornaram possível a emergência e a repetição desses enunciados. As categorias arqueológicas (*formação discursiva*, *enunciado*, *a priori histórico* e *arquivo*) e genealógicas (*A ordem do discurso*, *biopoder/biopolítica*, e o *Necropoder* (Mbembe, 2018) foram mobilizadas como ferramentas analíticas. Os resultados evidenciam que os discursos presidenciais se configuraram como dispositivos de poder que operaram pela banalização da tragédia e pela produção de subjetividades resistentes às medidas sanitárias. A EMA revelou a persistência e intensificação desses enunciados, que se consolidaram como curvas discursivas paralelas às epidemiológicas. A análise arqueogenealógica demonstrou que tais enunciados se inscreveram em um arquivo discursivo marcado por exclusões, interdições e privilégios enunciativos, enquanto a genealogia revelou a sua vinculação a tecnologias de poder que oscilaram entre biopolítica e necropolítica. Conclui-se que a pandemia no Brasil foi atravessada por uma dupla dimensão: biológica e discursiva. A morte, nesse cenário, não foi apenas consequência de falhas sanitárias, mas também da proliferação calculada de enunciados que instauraram uma segunda pandemia, de ordem discursiva. A noção de *Pandemia da Palavra* permite compreender, assim, que o discurso não apenas reflete realidades, mas atua como força patogênica, constituindo um campo de poder capaz de produzir efeitos de vida e de morte em escala social.

Palavras-chave: *Pandemia da Palavra*; Discurso negacionista; Arqueogenealogia; Necropolítica.

ABSTRACT: This article aims to analyze the denialist discourses delivered by former president Jair Bolsonaro during the COVID-19 pandemic, examining them as discursive practices that, while circulating in the public sphere, produced

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e Pesquisador no Grupo de Estudo do Discurso na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN/UERN) e Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

material effects in the management of Brazil's health crisis. Such enunciations operated as pathogenic vectors of a *Pandemic of the Word* — that is, a discursive contagion capable of normalizing death and spreading disinformation. Methodologically, the research combines the quantitative use of the Exponential Moving Average (EMA) to measure discursive propagation in parallel with the epidemiological curves of deaths, and the application of the archaeogenealogical method, inspired by Foucault (1996; 1999; 2005), to understand the historical, political, and discursive conditions that made the emergence and repetition of these statements possible. The archaeological categories (discursive formation, statement, historical a priori, and archive) and genealogical ones *The Order of Discourse*, *biopower/biopolitics*, and *necropower* (Mbembe, 2018) were mobilized as analytical tools. The results show that the presidential discourses functioned as dispositifs of power that operated through the trivialization of tragedy and the production of subjectivities resistant to public health measures. The EMA revealed the persistence and intensification of these enunciations, which consolidated themselves as discursive curves parallel to the epidemiological ones. The archaeogenealogical analysis demonstrated that these utterances were inscribed in a discursive archive marked by exclusions, interdictions, and enunciative privileges, while the genealogy revealed their link to technologies of power oscillating between biopolitics and necropolitics. It is concluded that the pandemic in Brazil was traversed by a double dimension: biological and discursive. In this scenario, death was not merely the consequence of sanitary failures but also of the calculated proliferation of enunciations that established a second, discursive pandemic. The notion of *Pandemic of the Word* thus allows us to understand that discourse not only reflects reality but also acts as a pathogenic force, constituting a field of power capable of producing effects of life and death on a social scale.

Keywords: *Pandemic of the Word*; Denialist discourse; Archaeogenealogy; Necropolitics.

Introdução

De suprema ordem, a pandemia de covid-19 não pode ser compreendida apenas como um evento epidemiológico, restrito ao campo da biologia e da saúde pública. Trata-se de um acontecimento discursivo, político e social, no qual a palavra oficial assumiu papel decisivo na gestão das condutas e na produção de sentidos acerca da crise sanitária. No Brasil, sob a liderança do então presidente Jair Messias Bolsonaro (doravante JMB), observou-se uma forma peculiar e trágica de governamentalidade, marcada pela institucionalização do discurso negacionista, que, longe de se limitar a simples comentários, consolidou-se como prática sistemática de poder. O que se viu não foi apenas o desdém por dados científicos ou pela gravidade da pandemia, mas a constituição de um regime discursivo que orientava resistências às medidas de proteção, corroía a credibilidade da ciência e naturalizava a morte em escala massiva.

Nesse contexto, os enunciados presidenciais – “e daí?”, “não sou coveiro”, “país de maricas”, “se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso” – não podem ser interpretados como falas isoladas, mas como atos de governo que operaram pela repetição e pelo sarcasmo, configurando aquilo que aqui teorizamos *de Pandemia da Palavra: a curva do negacionismo como política de morte no Brasil*. Essa formulação concentra, de modo incisivo, a ideia de que o discurso presidencial não foi mero comentário, mas um vetor patogênico em si mesmo, capaz de contaminar o tecido social com desinformação, banalização e sarcasmo diante da morte. Trata-se de compreender que, assim como o vírus se disseminava pelas vias respiratórias, os enunciados institucionais propagavam-se pelo espaço midiático, social e cultural, instaurando um regime de inteligibilidade que normalizou a tragédia e enfraqueceu os dispositivos de proteção coletiva.

A originalidade desta teoria reside na proposta metodológica que associa a análise do discurso ao uso de ferramentas estatísticas, em especial a Média Móvel Exponencial (desde agora, EMA), geralmente utilizada em séries temporais para identificar tendências de crescimento. Ao aplicarmos a EMA aos discursos presidenciais, revelamos como esses enunciados, reiterados ao longo de 2020 e 2021, acumularam efeitos de realidade, funcionando como curvas discursivas paralelas às curvas epidemiológicas. Cada frase, uma vez proferida, não se extinguiu no instante de sua enunciação, mas sobrevivia, sedimentava-se e ganhava densidade histórica, ampliando seu alcance performativo na sociedade. Desse modo, o discurso presidencial pôde ser interpretado como uma segunda pandemia, não viral, mas discursiva, cuja letalidade simbólica e material se entrelaçava à tragédia sanitária vivida pelo país.

Essa compreensão dialoga diretamente com a análise desenvolvida por Macêdo Júnior et al. (2023, p. 573), para quem o discurso negacionista, ao se converter em instrumento de poder, operou como variável determinante na dinâmica de disseminação da covid-19 e no agravamento de suas consequências sociais e sanitárias. Nas palavras dos autores:

As considerações finais deste estudo convergem para uma assertiva central: o discurso negacionista proferido pelo ex-presidente Bolsonaro, com sua política de morte [...] ou deixar morrer [...], desempenhou um papel crucial como uma variante influenciadora no expressivo quantitativo de mortes durante a pandemia da [covid-19] no Brasil. Ao explorarmos em profundidade a intersecção entre esse discurso e os desdobramentos epidemiológicos, tornou-se evidente que as ações discursivas do líder político desempenharam um papel significativo na dinâmica da disseminação do vírus e nas consequentes fatalidades (Macêdo Júnior et al., 2023, p. 573).

De acordo com o que foi discorrido alhures, como afirma Macêdo Júnior et al. (2023, p. 573), “o discurso negacionista, manipulador, torpe e equivocado de um chefe de Estado deve ser compreendido como uma variável epidemiológica de doenças infectocontagiosas, seja no contexto de uma endemia, epidemia ou em uma pandemia”. Essa leitura reforça nossa proposição de que a palavra presidencial não apenas refletiu a realidade, mas nela interveio de forma direta, constituindo-se como vetor patogênico em si mesmo. Além disso, inserimos aqui o discurso negacionista como um dado epidemiológico, capaz de se propagar e contaminar a percepção coletiva, instaurando uma segunda pandemia – não viral, mas discursiva – cuja letalidade simbólica e material se entrelaçava à tragédia sanitária vivida pelo país.

Contudo, a presente teoria da *Pandemia da Palavra* distingue-se dessa abordagem ao deslocar o argumento para além da metáfora epidemiológica. Enquanto Macêdo Júnior et al. (2023) concebem o discurso como variável epidemiológica, nossa proposta inova ao reinscrevê-lo em um regime de mensuração objetiva, por meio da aplicação da EMA. Assim, se na formulação de Macêdo Júnior et al. (2023) o discurso é tratado como análogo a um patógeno, em nossa teoria ele é concebido como um verdadeiro agente patogênico social, mensurável e quantificável em curvas discursivas que se acumulam paralelamente às curvas epidemiológicas de mortes e contágios. Essa distinção é crucial: ao passo que a primeira *tese* ilumina a dimensão metafórica do discurso como infecção, a *Pandemia da Palavra* demonstra empiricamente, através da quantificação estatística, que a palavra presidencial, uma vez institucionalizada, não apenas representa ou influencia, mas opera concretamente como força necrobiopolítica capaz de intensificar a tragédia pandêmica no Brasil.

Essa teoria, que denominamos *Pandemia da Palavra*, inscreve-se no horizonte foucaultiano da biopolítica e dialoga com o conceito de necropolítica de Achille Mbembe. Se a

biopolítica revela o modo como o poder moderno se organiza em torno da gestão da vida, o caso brasileiro mostrou como o discurso pode operar como dispositivo necrobiopolítico, administrando a morte por meio da palavra. O sarcasmo, a banalização e a desresponsabilização foram transformados em enunciados oficiais, cuja repetição consolidou um regime de verdade no qual a tragédia era convertida em destino inevitável. A quantificação dessa repetição, por meio da EMA, funciona aqui não apenas como recurso ilustrativo, mas como metáfora crítica: as curvas de discursos negacionistas se sobrepõem às curvas de mortos e contaminados, revelando que a linguagem, no limite, também mata.

Este artigo, portanto, pretende demonstrar que o discurso institucionalizado, no caso brasileiro, constituiu-se como o patógeno de infecção social, configurando uma verdadeira *Pandemia da Palavra*. Ao propor uma leitura que alia linguística, filosofia, história e estatística, buscamos evidenciar como a palavra, quando institucionalizada na mais alta esfera do poder, torna-se capaz de moldar condutas, destruir políticas públicas, deslegitimar a ciência e instaurar uma governamentalidade da morte. A pandemia da linguagem, que se disseminou em paralelo à pandemia do vírus, permanece como marca indelével da experiência social e política brasileira durante os anos de 2020 e 2021, e sua análise é condição necessária para compreender o entrelaçamento entre discurso, poder e morte no Brasil contemporâneo. Nesse ponto, a formulação aqui defendida dialoga com Macêdo Júnior (2024, p. 221), quando este defende “a tese metafórica de que o discurso negacionista de um chefe de Estado age de forma análoga a uma doença infectocontagiosa, tendo como objeto de estudo o ex-presidente JMB, durante e depois de seu mandato presidencial, período marcado pela crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus, e por polarizações políticas de ultradireita”. O autor amplia a metáfora epidemiológica ao comparar variáveis como patogênese, incidência, prevalência e vetores a práticas discursivas, mostrando que a palavra negacionista opera como agente etiológico capaz de se disseminar e produzir sintomas sociais.

Entretanto, é preciso sublinhar a distinção entre as duas formulações. Enquanto Macêdo Júnior (2024) elabora uma tese metafórica que aproxima a circulação de discursos negacionistas à lógica de uma doença infectocontagiosa, utilizando categorias clássicas da epidemiologia como patogênese, sintomas e vetores, a teoria da *Pandemia da Palavra* aqui proposta vai além da metáfora ao inscrever o discurso em um regime quantitativo e estatístico, por meio da aplicação da EMA. Se em Macêdo Júnior (2024) a ênfase recai na analogia conceitual entre discurso e patologia, em nossa formulação a palavra presidencial é tratada como patógeno social mensurável, capaz de ser traduzido em curvas discursivas paralelas às curvas epidemiológicas. Assim, a *Pandemia da Palavra* não apenas reforça a metáfora da infecção discursiva, mas a

materializa em dados e séries temporais, evidenciando que a linguagem, além de simbólica, opera como força objetiva de contágio e de morte.

Metodologia e método

A metodologia desta pesquisa foi construída com o objetivo de investigar o impacto dos discursos negacionistas proferidos pelo ex-presidente JMB durante os anos de 2020 e 2021, período correspondente ao auge da pandemia de covid-19 no Brasil. Para tanto, articula-se o método descritivo (Gil, 2002), a abordagem quantitativa da mortalidade e a análise qualitativa dos enunciados, incorporando como eixo inovador a aplicação da EMA, recurso estatístico que permite compreender a acumulação dos discursos ao longo do tempo como verdadeiras curvas de sentido. Esse movimento metodológico parte da hipótese de que as falas presidenciais não se extinguem no momento de sua enunciação, mas sobrevivem, reverberam e se intensificam, adquirindo densidade histórica e performatividade social, configurando o que denominamos *Pandemia da Palavra*. Por conseguinte, o método descritivo (Gil, 2002) organiza cronologicamente o *corpus* discursivo, permitindo observar a materialidade das falas presidenciais e a forma como se inscreveram em momentos distintos da crise sanitária.

Na esteira dos eventos, foram sistematizados enunciados emblemáticos coletados no jornal *Poder360* (2022), veículo jornalístico digital brasileiro reconhecido pela seriedade e pela produção de conteúdos de interesse público. O *Poder360* integra um grupo de comunicação composto por três frentes: o próprio jornal digital *Poder360 Jornalismo*, a empresa *PoderIdeias*, voltada à realização de projetos e eventos jornalísticos, e a *PoderData*, responsável por pesquisas de opinião e levantamentos estatísticos. O grupo tem como propósito declarado “aperfeiçoar a democracia ao apurar a verdade dos fatos para informar e inspirar”, guiando-se pelos princípios de relevância pública e precisão factual. Dentro desse contexto, o *Poder360* tornou-se referência nacional na cobertura política e institucional, especialmente por sua postura de transparência e sua metodologia de apuração baseada em dados verificáveis.

O *corpus* desta pesquisa foi constituído a partir da matéria jornalística *2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia*, publicada pelo *Poder360* em fevereiro de 2022 e assinada pela jornalista Vitória Queiroz. O texto apresenta uma retrospectiva cronológica das principais declarações do então presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19, desde o primeiro caso registrado no Brasil, em fevereiro de 2020, até o final de 2021, período em que o país já contabilizava mais de 618 mil mortes. A reportagem,

de caráter compilatório e documental, reúne 30 enunciados presidenciais proferidos em entrevistas, pronunciamentos oficiais, *lives* e eventos públicos, indicando a data, o contexto e o número de óbitos registrados no momento de cada fala. Essa estrutura, ao mesmo tempo jornalística e empírica, fornece uma cronologia precisa da circulação discursiva do negacionismo institucionalizado e permitiu que fossem identificadas as falas de maior repercussão social, midiática e política.

Compreendendo o período sincrônico (Faraco, 2006) de março de 2020 a dezembro de 2021, essa seleção configurou-se como um arquivo discursivo representativo das estratégias de banalização e descrédito da ciência. Assim, mais do que simples transcrições de declarações, os enunciados sistematizados pela jornalista Vitória Queiroz constituem um material documental que revela a repetição, a intensificação e a institucionalização da palavra presidencial como tecnologia discursiva de governo. A escolha dessa fonte se justifica por sua abrangência, rigor cronológico e credibilidade jornalística, o que possibilitou ao estudo observar como a repetição das falas de JMB se articulou à corrosão da credibilidade científica e à naturalização da morte como forma de gestão política da pandemia.

À guisa de prosseguimento, a análise desses discursos adota o método arqueogenealógico, inspirado em Michel Foucault (1996; 1999; 2005), que não busca a origem linear dos enunciados, mas as condições históricas e políticas que os tornaram possíveis. No plano arqueológico, a categoria de *formação discursiva* é mobilizada como eixo estruturante da análise, uma vez que permite compreender não apenas o conteúdo semântico das falas, mas o conjunto de regras de formação que as tornam possíveis – isto é, as condições que regem o surgimento, a coexistência e a recorrência dos enunciados em um determinado campo histórico. Nesse sentido, a análise privilegia três aspectos fundamentais delineados por Foucault (2005): (1) os objetos de que se fala – no caso, “a pandemia”, “a vacina”, “o povo brasileiro” – enquanto construções discursivas; (2) as modalidades de enunciação, que determinam quem pode falar e com qual autoridade; e (3) as regularidades de repetição, pelas quais certos dizeres reaparecem e se consolidam como regime de verdade.

Ao associar esses aspectos à aplicação da EMA, o estudo amplia a leitura foucaultiana ao dimensionar, quantitativamente, o modo como tais regularidades se acumulam no tempo. Cada valor da EMA traduz, numericamente, a persistência de uma regra de formação: quanto maior o índice, maior a força de repetição e a densidade histórica do enunciado. Assim, a ferramenta estatística não se reduz a um cálculo matemático, mas atua como uma forma de visualizar a materialidade empírica das formações discursivas, tornando perceptível o movimento de dispersão e acúmulo que caracteriza o discurso negacionista.

As demais categorias arqueológicas – o *enunciado*, como unidade mínima que circula e produz efeitos de sentido; o *a priori histórico*, que define o campo de inteligibilidade dos dizeres; o *arquivo*, entendido como o sistema de enunciabilidade que os abriga – complementam essa leitura, evidenciando as condições de possibilidade que permitiram a emergência e a repetição dos discursos presidenciais em determinado tempo e lugar, e, por fim, a *Arqueologia do saber*, como instrumental de desvelamento das práticas discursivas que estruturaram o negacionismo como regime de verdade. Desse modo, a articulação entre análise do discurso e estatística não representa uma justaposição metodológica, mas uma operação interdisciplinar em que o paradigma arqueogenealógico se estende ao domínio empírico, permitindo mensurar o poder performativo da palavra como vetor de infecção social e política.

Já no eixo genealógico, a análise articula as categorias de *A ordem do discurso* (Foucault, 1996), do *Biopoder/Biopolítica* (Foucault, 1999) e do *Necropoder/Necropolítica* (Mbembe, 2018), porque cada uma delas permite desvelar dimensões complementares do funcionamento do poder na linguagem e de sua materialização durante a pandemia. A categoria *A ordem do discurso*, oriunda da conferência inaugural de Michel Foucault no Collège de France em 1970, foi tomada como instrumento analítico por oferecer um conjunto de procedimentos de controle, exclusão e legitimação que regulam o que pode ser dito, quem pode dizer e em que condições um discurso é reconhecido como verdadeiro. Sua pertinência para esta pesquisa reside no fato de que o discurso presidencial durante a crise sanitária operou precisamente por inversão dessa ordem – autorizando a fala anticientífica e interditando a racionalidade técnica, configurando uma política da palavra que reorganizou o campo do dizível.

A categoria do *Biopoder/Biopolítica*, desenvolvida por Foucault na aula de 17 de março de 1976 conferências do Collège de France entre 1975 e 1976, e publicada em *Em defesa da sociedade* (1999), foi mobilizada por sua capacidade de revelar como o poder moderno se desloca da soberania de matar para a administração da vida. Essa categoria foi central porque permitiu compreender como o Estado, sob o discurso negacionista, transformou o imperativo de “fazer viver” em uma política de “deixar morrer”, expondo a população à contaminação e à morte sob a aparência de liberdade individual.

Outra categoria genealógica aqui mobilizada para as análises subsequentes é a *Necropoder/Necropolítica*, formulada por Achille Mbembe, publicado pela primeira vez em inglês como *Necropolitics*², com tradução do lambda por Libby Meintjes, e posteriormente

² In: *Public Culture*, v. 15, n.1, inverno de 2003, p. 11-40.

desenvolvida no livro *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2018), foi adotada porque atualiza e radicaliza o conceito foucaultiano de biopoder, evidenciando o modo como, nas sociedades contemporâneas, a soberania se exerce não apenas pela gestão da vida, mas pela administração sistemática da morte. Essa chave conceitual é decisiva para compreender como o discurso presidencial brasileiro, durante a pandemia, produziu zonas discursivas de abandono, nas quais certos corpos foram considerados descartáveis e a morte tornou-se instrumento de governo.

Assim, a combinação dessas três categorias não se dá por mera afinidade teórica, mas por sua complementaridade metodológica: enquanto *A ordem do discurso* revela os mecanismos de legitimação do dizer, o *Biopoder* evidencia a mutação da função do Estado diante da vida, e o *Necropoder* explicita o estágio extremo em que o discurso se torna tecnologia de morte. Juntas, elas sustentam a compreensão genealógica de que, no Brasil, a pandemia foi tanto um fenômeno biológico quanto um acontecimento discursivo governado pela palavra.

A arqueogenealogia, assim compreendida, permite observar como os discursos presidenciais emergiram, repetiram-se e adquiriram legitimidade, funcionando como elementos de uma formação discursiva mais ampla, marcada pelo ataque à ciência, pelo sarcasmo diante da morte e pela desresponsabilização estatal. Ao invés de tratar cada fala como um evento isolado, esse método revela as regularidades, rupturas e continuidades que compõem o arquivo discursivo do período, evidenciando como a palavra presidencial atuou como dispositivo necrobiopolítico em meio à crise sanitária.

Assim, o *corpus* não é apenas uma lista de enunciados, mas a expressão de um regime de verdade que governou vidas e mortes durante a pandemia. Em paralelo, a abordagem quantitativa ancora-se nos dados oficiais do Painel Coronavírus (2023), em especial nos registros de mortalidade. Para a análise estatística, empregou-se a EMA, um recurso amplamente utilizado em estudos de séries temporais para identificar tendências de crescimento ou de declínio em dados que se alteram com o tempo. Diferentemente de uma média aritmética simples, que atribui o mesmo peso a todos os valores, a EMA aplica maior peso aos dados mais recentes, permitindo captar com maior sensibilidade as variações imediatas de um fenômeno.

Em termos simples, ela funciona como um cálculo que “suaviza” as oscilações e revela a direção geral de uma curva, evidenciando se há aceleração, estabilidade ou declínio no comportamento observado. No presente estudo, o fator de suavização adotado foi $\alpha = 0,3$, o que significa que 30% da ênfase recai sobre o dado mais recente e 70% sobre o valor acumulado anterior. A fórmula utilizada, $EMA_t = \alpha \times X_t + (1-\alpha) \times EMA_{t-1}$, aplicada de modo sequencial, permite visualizar a persistência dos enunciados ao longo do tempo, convertendo-os em curvas

de repetição e de impacto discursivo. Assim, a EMA não mede a verdade dos discursos, mas sua frequência e intensidade de circulação, tornando visível o acúmulo performativo da palavra presidencial. No interstício temporal, a segmentação em dois períodos – 2020 e 2021 – possibilita observar continuidades e transformações nas estratégias discursivas, mostrando como a repetição enunciativa presidencial se intensificou à medida que a crise avançava e como essa intensificação encontrou correspondência direta no agravamento dos dados quantitativos de mortalidade. A cada novo enunciado, o discurso presidencial produzia uma espécie de espelho de verdade, no qual parte significativa da população passou a reconhecer legitimidade e orientação, aderindo às negações e recusas que, discursivamente, contribuíram para a ampliação concreta do número de mortes.

A integração entre o método arqueogenealógico e a EMA oferece uma dupla chave interpretativa: de um lado, a análise qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013) revela as condições de possibilidade, os deslocamentos e as funções políticas do discurso; de outro, a estatística traduz numericamente a acumulação desses enunciados, tornando visível a sua lógica de repetição e contágio. Essa articulação permite compreender os discursos como vetores patogênicos que, ao se disseminarem pelo espaço midiático e social, produziram curvas discursivas paralelas às curvas epidemiológicas. A palavra presidencial, assim, propagou-se de modo análogo ao vírus, instaurando uma governamentalidade orientada pela banalização da morte. Dessa forma, a metodologia aqui proposta integra estatística, teoria do discurso e arqueogenealogia, fornecendo uma leitura inovadora da *Pandemia da Palavra*. Ao reinscrever o discurso no campo da mensuração numérica e simultaneamente situá-lo em sua historicidade, torna-se possível evidenciar como a palavra, quando institucionalizada no mais alto nível do poder, não apenas reflete a realidade, mas a conforma, moldando condutas sociais, enfraquecendo políticas de cuidado e instaurando um regime necrobiopolítico que acompanhou e potencializou a tragédia pandêmica.

Resultados e Discussão

A série de enunciados proferidos por JMB nos primeiros meses da pandemia de covid-19, quadro 1 – “superdimensionado” (09/03), “gripezinha” (20/03), “brasileiro pula em esgoto e não acontece nada” (26/03) e “eu não sou coveiro” (20/04) – pode ser lida como momento inaugural daquilo que teorizamos como *Pandemia da Palavra*. Se na inicialização da EMA, em 09/03, temos o valor zero, representando a ausência acumulativa, já no dia 20/03 o cálculo

(EMA = 3.3) revela o primeiro movimento de propagação de um enunciado que marca o início da cadeia discursiva negacionista. O aumento subsequente, que passa a 24.21 em 26/03, mostra a força acumulativa do discurso, funcionando como onda discursiva que ganha densidade e contamina o campo social. O salto exponencial em 20/04, com EMA = 777.87, não traduz apenas um cálculo matemático, mas o acúmulo discursivo como materialidade performativa, um patógeno social cuja força de propagação depende da repetição e da legitimação na voz presidencial.

Acrescentando-se a isso, a teoria foucaultiana das formações discursivas ilumina esse processo ao permitir compreender que a unidade do discurso não se ancora na permanência de um objeto fixo – “o vírus”, “a doença” ou “a morte” –, mas no jogo de regras que autoriza o aparecimento e define as condições históricas de emergência de certos enunciados. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2005, p. 44) propõe a formação discursiva como um sistema de dispersão no qual se articulam quatro dimensões fundamentais – os objetos, as modalidades de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas –, cujas relações regulares e recorrentes constituem a materialidade histórica de um discurso. Assim, o foco desloca-se da busca por uma coerência semântica interna para a descrição das condições que tornam possível o aparecimento, a coexistência e a permanência de determinados dizeres. Nesse sentido, o conceito de formação discursiva é mobilizado aqui não apenas como categoria teórica, mas como dispositivo metodológico que permite observar empiricamente, por meio da EMA, como essas regularidades se acumulam e se intensificam no tempo.

Ao associar a análise foucaultiana à EMA, o estudo traduz numericamente o que Foucault (2005) denomina “sistemas de dispersão”: em vez de buscar uma linearidade causal, evidencia-se a persistência e a frequência com que certos enunciados – “gripezinha”, “não sou coveiro”, “país de maricas” – reaparecem e se reforçam mutuamente, compondo um padrão de repetição mensurável. Cada valor da EMA não representa apenas um dado estatístico, mas uma inscrição material do regime de regularidade que estrutura a formação discursiva do negacionismo institucionalizado.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de regras de deformação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação,

conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (Foucault, 2005, p. 43).

Como o próprio Foucault (2005) esclarece, “as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (2005, p. 44). Dessa forma, a formação discursiva é aqui compreendida como o campo que dá inteligibilidade à *Pandemia da Palavra*, em que as curvas discursivas e as curvas epidemiológicas se entrelaçam: ambas expressam uma mesma lógica de propagação, repetição e normalização. A aplicação da EMA, portanto, não constitui uma simples operação matemática, mas uma tradução gráfica do funcionamento das regras de formação, tornando visível a regularidade com que os enunciados presidenciais se acumularam no espaço público e se tornaram forças de contágio social. O resultado é a possibilidade de mensurar, de modo interdisciplinar, aquilo que a arqueologia foucaultiana já apontava em termos qualitativos: a emergência e a repetição dos dizeres como formas históricas de poder e de verdade.

Quadro 1 - Discursos negacionistas materializados pelo ex-presidente JMB durante apogeu da pandemia em 2020

09/03/2020 (“Superdimensionado”): $EMA_{09/03} = 0 \times 0 + (1 - 0) \times 0 = 00$ (Inicialização)
20/03/2020 (“Gripezinha”): $EMA_{20/03} = 0.3 \times 11 + (1 - 0.3) \times 0 = 3.3$
26/03/2020 (“Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada”): $EMA_{26/03} = 0.3 \times 77 + (1-0.3) \times 3.3 = 24.21$
20/04/2020 (“Eu não sou coveiro”): $EMA_{20/04} = 0.3 \times 2.584 + (1-0.3) \times 24.21 = 777.87$
28/04/2020 (“E daí, lamento. Quer que eu faça o que?”): $EMA_{28/04} = 0.3 \times 5.050 + (1-0.3) \times 777.87 = 2.182,509$
19/05/2020 (“Cloroquina” e “Tubalina”): $EMA_{19/05} = 0.3 \times 17.971 + (1-0.3) \times 2182.509 = 6817.3563$
02/06/2020 (“A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”): $EMA_{02/06} = 0.3 \times 31.199 + (1-0.3) \times 6817.3563 = 14032.1494$
07/07/2020(“É como uma chuva, vai atingir você”): $EMA_{07/07} = 0.3 \times 66.741 + (1-0.3) \times 14032.1494 = 35095.2046$
10/11/2020 (“País de maricas”): $EMA_{10/11} = 0.3 \times 162.829 + (1-0.3) \times 35095.2046 = 80476.7432$
17/12/2020 (“Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”): $EMA_{17/12} = 0.3 \times 184.827 + (1-0.3) \times 80476.7432 = 129962.4202$

Fonte: Realizado pelos autores, adaptado de Poder360 (2022) e Painel Coronavírus (2023).

A sequência “E daí, lamento. Quer que eu faça o que?” (28/04), “Cloroquina”/“Tubaína” (19/05) e “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo” (02/06) deve ser apreendida como uma cadeia de enunciados cuja força não reside no conteúdo proposicional isolado, mas na função enunciativa que eles instauram e reatualizam. A própria série numérica evidencia esse acúmulo performativo: partindo do patamar já elevado de 20/04, a EMA salta, em 28/04, para $\approx 2,18 \times 10^3$, avança para $6,8 \times 10^3$ em 19/05 e atinge $\approx 1,40 \times 10^4$ em 02/06, sinalizando que a repetição presidencial não se limita a registrar posições de opinião; ela sedimenta condições de existência para certos dizeres sobre a pandemia. Em termos foucaultianos, não analisamos “frases” ou “proposições”, mas acontecimentos discursivos cuja eficácia deriva do modo como se inscrevem no arquivo e reconfiguram possibilidades de dizer.

Foucault (2005, p. 97) sugere, expressamente, que “o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem” e, mais decisivamente, que “o enunciado [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos” (Foucault, 2005, p. 98). Quando o chefe de Estado profere “E daí?”, o que está em jogo não é uma opinião entre outras, mas a ativação de uma função enunciativa que autoriza a indiferença como regime de verdade e desloca o campo de inteligibilidade do cuidado para a gestão do abandono; a inflexão brusca da EMA capta precisamente essa passagem de limiar, na qual o dizer autoriza novos dizeres e desautoriza outros.

Na sequência “Cloroquina”/“Tubaína”, não importa que proposições equivalentes já circulassem: como lembra Foucault (2005, p. 91), “pode-se [...] ter dois enunciados perfeitamente distintos [...] onde não se encontra mais que uma proposição [...] Ora, enquanto enunciados, estas duas formulações não são equivalentes nem intercambiáveis. Não se podem encontrar em um mesmo lugar no plano do discurso”. A enunciação presidencial desloca o lugar social do fármaco e da zombaria para o centro do dispositivo estatal, instaurando um campo no qual o sarcasmo terapêutico se torna politicamente dizível e administrável; a EMA, ao atribuir maior peso ao recente, torna visível esse ganho de autoridade performativa que não se explica pela semântica isolada do termo “cloroquina”, mas pela posição, momento e função de sua emissão. Daí que, em 02/06, o fatalismo – “é o destino de todo mundo” – não seja apenas outra frase triste: é o fechamento de uma série que naturaliza a morte como horizonte normativo do coletivo. A ascensão da EMA nesse ponto não “prova” uma causalidade direta, mas registra a persistência do ato enunciativo enquanto tal: sua capacidade de sobreviver ao instante da fala e de reconfigurar condutas e expectativas, exatamente porque “não é [...] uma estrutura”, mas uma “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam [...] no tempo e no espaço” (Foucault, 2005, p. 97).

É decisivo notar que, para Foucault (2005, p. 93), não apenas as falas, mas também as inscrições técnico-estatísticas são enunciados: “uma equação de enésimo grau [...], a fórmula algébrica [...]; finalmente, um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades [...] formam enunciados; quanto às frases de que podem estar acompanhados, elas são sua interpretação ou comentário”. Nessa chave, a própria curva da EMA não comenta os enunciados presidenciais; ela os enuncia de outro modo, incorporando-os ao arquivo como séries que dão existência objetiva à sua repetição. O salto de $\approx 2,18 \times 10^3$ para $\approx 1,40 \times 10^4$ entre 28/04 e 02/06 não é um simples “efeito visual”: é a inscrição enunciativa da persistência e do adensamento de uma política de dizer, o que responde à exigência metodológica de “retomar em sua raiz a definição do enunciado” e descrever “o sistema de emergência dos objetos, de aparecimento e de distribuição dos modos enunciativos” (Foucault, 2005, p. 89-90). Desse modo, a EMA e a teoria do enunciado convergem: a primeira materializa, como enunciado gráfico, a continuidade e a orientação da série; a segunda explica por que essas falas presidenciais, enquanto enunciados, não se equivalem a meras proposições, mas operam como função de existência que autoriza, distribui e normaliza práticas e afetos no corpo social. Em síntese, a progressão dos valores da EMA entre 28/04, 19/05 e 02/06 confirma, no plano técnico, o que Foucault descreve no plano arqueológico: não há aqui “um livro” ou “uma obra” a unificar, mas uma cadeia de enunciados cuja eficácia se mede pela capacidade de instituir regras de aparecimento, posições de sujeito e possibilidades estratégicas de dizer – e é exatamente essa função, inscrita na curva, que torna inteligível a *Pandemia da Palavra* como patogênese discursiva.

No *continuum* temporal, a sequência formada por “É como uma chuva, vai atingir você” (07/07), “País de maricas” (10/11) e “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso” (17/12) só se torna plenamente inteligível quando lida à luz do *a priori histórico* foucaultiano: não como meras frases, mas como enunciados cuja possibilidade, circulação e acumulação dependem de uma positividade que, “desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori histórico*” (Foucault, 2005, p. 144). Os dados da EMA tornam visível a consolidação desse campo de possibilidades: partindo de 14.032 em 02/06, a série salta para 35.095 em 07/07, atinge 80.476 em 10/11 e alcança 129.962 em 17/12, sinalizando que não estamos diante de ocorrências isoladas, mas de uma regularidade discursiva que se amplia e se adensa. Diante disso, Foucault (2005, p. 144-145) define com precisão o tipo de inteligibilidade aqui requerido: trata-se de “um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados”, isto é, de descrever “as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem” (Foucault, 2005, p.

145). No enunciado de 07/07, a metáfora da chuva delimita um horizonte de inevitabilidade: a positividade que autoriza dizer a pandemia como destino natural e inescapável habilita a circulação de um fatalismo ativo, capaz de rebaixar a exigência de políticas de cuidado. O incremento correspondente da EMA não “prova” uma causalidade, mas registra que tal forma de dizer encontrou, naquele momento, as condições de realidade para sua repetida emergência e legitimação.

No *interim* subsequente, em 10/11, o enunciado “País de maricas” introduz um registro de humilhação virilista, a positividade do discurso desloca o escopo do problema sanitário para o campo moral dos afetos e das identidades: a mesma prática discursiva passa a acolher e utilizar, segundo Foucault (2005, p. 144), “identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos”, dentro de “um espaço limitado de comunicação” que não se confunde com a totalidade do saber científico, mas que o atravessa e o desautoriza. O novo salto da EMA (~80 mil) assinala que a regra de coexistência dos enunciados – a lei de sua repartição – favorece agora o aparecimento de formas de desqualificação pública que intensificam o abandono do cuidado. Finalmente, em 17/12, a chacota do “jacaré” não inaugura um tema, mas marca um “limiar decisivo” na transformação do *a priori* das positivities, pois “define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva [...] e [...] se transformam em certos limiares decisivos” (Foucault, 2005, p. 145). Nesse limiar, o discurso oficial já não apenas naturaliza a morte ou ridiculariza a prudência; ele reconfigura o campo de veridicção sobre a vacina, abrindo lugar para a compatibilização de ciência e deboche, e autorizando que a chacota opere como critério de realidade. O crescimento da EMA até ~130 mil torna palpável que a prática discursiva do período se tornou, para usar o vocabulário de Foucault (2005, p. 146), um “volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas”, no qual convivem, sob a mesma positividade, a normalização do risco, a moralização virilista e a derrisão do imunizante.

Em termos arqueológicos, essa leitura não busca decidir “quem dizia a verdade” (Foucault, 2005, p. 143), mas mostrar por que tais enunciados puderam, então, “falar da ‘mesma coisa’, colocando-se no ‘mesmo nível’” (2005, p. 143): a pandemia como evento banalizável, objeto de chacota governamental e de desresponsabilização estatal. O *a priori histórico* “não constitui [...] uma estrutura intemporal; define-se como [...] regras [...] inseridas no que ligam” (Foucault, 2005, p. 145), e por isso mesmo se transforma quando a série discursiva cruza certos limiares. A EMA, ao registrar a persistência e a intensificação dessa série entre julho e dezembro de 2020, oferece a expressão empírica do que Foucault descreve conceitualmente: “dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma

história” (2005, p. 144), na qual “sistemas [...] instauram os enunciados como acontecimentos [...] e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)” (2005, p. 146). É precisamente nesse entrelaçamento entre a métrica da acumulação e o *a priori* das positivities que se evidencia a *Pandemia da Palavra*: um regime de enunciabilidade que, ao redefinir o que é dizível pelo Estado sobre a morte e a proteção, produziu as condições históricas para a repetição, a difusão e a eficácia social dessas falas.

A série discursiva que se inaugura em janeiro e fevereiro de 2021 — com “O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada” (05/01), “Não está comprovada cientificamente” (22/01) e “O cara que entra na pilha da vacina é um idiota” (11/02) — pode ser interpretada de modo exemplar pela categoria foucaultiana do arquivo, ver quadro 2. A EMA traduz essa dinâmica em números: da inicialização nula em 05/01, atinge 64.572 em 22/01 e escala para 129.870 em 11/02. O crescimento exponencial não expressa apenas a reiteração quantitativa de enunciados, mas a inscrição desses ditos em um sistema de enunciabilidade que lhes confere realidade, permanência e eficácia. Como define Foucault (2005, p. 147), “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. No caso do enunciado inaugural de 05/01 (“O Brasil está quebrado”), a própria ausência de EMA inicial simboliza a função limiar do arquivo: um acontecimento que, mais do que constatar uma suposta impotência, inaugura o campo discursivo no qual as falas subsequentes sobre a ciência e a vacina se tornariam possíveis. O arquivo, lembra Foucault (2005, p. 147), não é o que “unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, [...] é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria”. A declaração de insolvência não se extingue no ato, mas institui uma regularidade discursiva que reorganiza o horizonte de expectativa: a abdicação de responsabilidade estatal como matriz para enunciados posteriores.

Assim, em 22/01, ao afirmar “não está comprovada cientificamente” sobre a Coronavac, o ex-presidente não apenas contesta uma vacina, mas opera dentro do arquivo que já definira como possível a deslegitimação das respostas institucionais à pandemia. O salto da EMA para 64.572 evidencia que esse enunciado não sobrevive sozinho: ele se mantém porque o arquivo o inscreve numa trama de regularidades que fazem com que, como diz Foucault (2005, p. 146), as coisas ditas “não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, [...] mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo”.

Em 11/02, a declaração “o cara que entra na pilha da vacina é um idiota” não se apresenta como novidade absoluta, mas como intensificação das regras já instauradas: a

ridicularização da imunização como parte de um regime de enunciabilidade que agora se amplia. A EMA em 129.870 indica que não estamos diante de acumulação amorfa de frases, mas daquilo que Foucault (2005, p. 147) nomeia como o papel do arquivo: “o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa [...], mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas”.

Deste modo, a teoria da *Pandemia da Palavra* encontra no conceito foucaultiano de arquivo o fundamento que articula dispersão e regularidade. As falas de janeiro e fevereiro de 2021 não são acidentes retóricos isolados: são enunciados-acontecimentos que se inscrevem no “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (Foucault, 2005, p. 148), compondo o arquivo pandêmico brasileiro. Esse arquivo, ao mesmo tempo próximo e distinto de nossa atualidade, delimita o horizonte de inteligibilidade do presente, permitindo compreender como se tornou possível banalizar a catástrofe e desautorizar a ciência em meio a um colapso sanitário.

Quadro 2 - Discursos negacionistas materializados pelo ex-presidente JMB durante 2021

05/01/2021 (“O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada”): $EMA_{05/01} = 0 \times 0 + (1-0) \times 0 = 0$ (Inicialização)
22/01/2021 (“Não está comprovada cientificamente”, disse Bolsonaro sobre Coronavac): $EMA_{22/01} 0.3 \times 215.243 + (1-0.3) \times 0 = 64572.9$
11/02/2021 (“O cara que entra na pilha da vacina é um idiota”): $EMA_{11/02} 0.3 \times 236.201 + (1-0.3) \times 64572.9 = 129870.03$
04/03/2021 (“Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe”): $EMA_{04/03} 0.3 \times 260.970 + (1-0.3) \times 129870.03 = 180089.021$
14/05/2021 (“Se falar cloroquina é crime, falar em maconha é legal”): $EMA_{14/05} 0.3 \times 432.628 + (1-0.3) \times 180089.021 = 281240.515$
17/05/2021 (“Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa”): $EMA_{17/05} 0.3 \times 436.537 + (1-0.3) \times 281240.515 = 357987.3605$
09/06/2021 (“Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina”): $EMA_{09/06} 0.3 \times 479.515 + (1-0.3) \times 357987.3605 = 416785.15235$
17/06/2021 (“Quem pegou o vírus está imunizado”): $EMA_{17/06} 0.3 \times 496.004 + (1-0.3) \times 416785.15235 = 448115.506645$
24/07/2021 (“Se eu estivesse coordenando a pandemia não teria morrido tanta gente”): $EMA_{24/07} 0.3 \times 549.448 + (1-0.3) \times 448115.506645 = 495898.8546515$
02/09/2021 (“[Estou] melhor que o pessoal que tomou CoronaVac”): $EMA_{02/09} 0.3 \times 581.914 + (1-0.3) \times 495898.8546515 = 534647.19825505$
08/09/2021 (“Covid apenas encurtou a vida delas por alguns dias ou algumas semanas”): $EMA_{08/09} 0.3 \times 584.421 + (1-0.3) \times 534647.19825505 = 561881.138778535$
02/12/2021 (“Deixa eu morrer, problema é meu”): $EMA_{02/12} 0.3 \times 615179 + (1-0.3) \times 561881.138778535 = 593027.8971459755$
07/12/2021 (“Quer fechar de novo, porra?”, disse sobre a Anvisa): $EMA_{07/12} 0.3 \times 616.018 + (1-0.3) \times 593027.8971459755 = 606120.0270011827$
07/12/2021 (“Coleira que querem botar no povo brasileiro”, disse sobre passaporte vacinal): $EMA_{07/12} 0.3 \times 616.018 + (1-0.3) \times 606120.0270011827 = 610978.0189018299$
24/12/2021 (“Não tá havendo morte de criança que justifique”): $EMA_{24/12} 0.3 \times 618.392 + (1-0.3) \times 610978.0189018299 = 616839.2132312809$

Fonte: Realizado pelos autores, adaptado de Poder360 (2022) e Painel Coronavírus (2023).

No transcorrer ulterior, os discursos de março a junho de 2021 – “Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe” (04/03), “Se falar cloroquina é crime, falar em maconha é legal” (14/05), “Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa” (17/05) e “Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina” (09/06) – marcam um ponto alto da curva discursiva, com EMA crescendo de 180.089 em março para 416.785 em junho. Esse salto revela que não se trata apenas de falas casuais, mas de enunciados que se institucionalizam e circulam segundo as

regras do que Foucault (1996, p. 8-9) chamou de ordem do discurso, isto é, procedimentos de “controlar, selecionar, organizar e redistribuir” os ditos a fim de conjurar seus perigos e, ao mesmo tempo, mobilizar seu poder. Ulteriormente, o enunciado de 04/03 (“Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe”) pode ser lido como uma prática discursiva de exclusão: ridiculariza a demanda por vacinas, desqualificando o interlocutor. Para clareza ampliada, Foucault (1996, p. 9) lembra que “não se tem o direito de dizer tudo, [...] qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Nesse caso, o chefe de Estado opera invertendo a interdição: ao invés de interditar-se a fala anticientífica, é a defesa da vacina que se torna alvo de ridicularização. O EMA de 180.089 mostra como esse deslocamento discursivo não é marginal, mas parte de uma redistribuição que amplia o campo daquilo que pode ser dito – e aceito – na esfera pública.

Em perpétua sequência, em 14/05, a associação entre “cloroquina” e “maconha” funciona como estratégia de relativização e deslocamento semântico. Aqui se vê o que Foucault (1996, p. 17) denomina vontade de verdade: um jogo em que o discurso negacionista, amparado pela autoridade presidencial, passa a exercer “pressão e como que um poder de coerção” sobre outros discursos, obrigando a ciência a disputar espaço com falas desprovidas de legitimidade científica. O crescimento do EMA para 281.240 expressa essa força de coerção, indicando a capacidade do discurso presidencial de contaminar a percepção coletiva com uma racionalidade alternativa. No dia 17/05, ao chamar de “idiotas” os que mantinham isolamento, Bolsonaro reforça a lógica da exclusão: cria uma fronteira entre razão e loucura, em que a prudência científica passa a ser tratada como comportamento irracional. Como assinala Foucault (1996, p. 10-11), “desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros”. O que ocorre aqui é uma inversão: o discurso científico é colocado no lugar da loucura, enquanto o discurso negacionista se apresenta como a verdade evidente. O EMA de 357.987 evidencia o efeito cumulativo dessa inversão, que amplia o alcance do enunciado ao legitimar a desobediência civil em plena crise sanitária.

A posteriori, em 09/06, a frase “Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina” exemplifica a dimensão institucionalizada da ordem do discurso. Tal como Foucault (1996, p. 7) observa, “a instituição responde [...] estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis [...] e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”. Aqui, o discurso presidencial não é mero ato individual: é sustentado por uma rede institucional – ministérios, parlamentares, médicos alinhados – que lhe garante circulação e eficácia. Consequentemente, o EMA atinge 416.785, sinalizando que não é apenas um enunciado isolado, mas parte de um regime discursivo que seleciona, organiza e redistribui falas conforme

uma lógica de poder. Assim, a análise revela que a escalada dos números da EMA corresponde ao processo foucaultiano de institucionalização da ordem do discurso: o que era inicialmente marginal ou contestável (ridicularizar vacinas, desautorizar o isolamento, defender medicamentos ineficazes) passa a ser reiterado, legitimado e difundido como racionalidade oficial, transformando-se em vetor de uma *Pandemia da Palavra* que atua como dispositivo necropolítico.

Em fase subsequente, os discursos de 17/06 a 08/09/2021 marcam um ponto crítico na curva da *Pandemia da Palavra*, com a EMA crescendo de 448.115 para 561.881. Esse crescimento não traduz apenas o acúmulo de enunciados isolados, mas o fortalecimento de um regime discursivo que, na chave foucaultiana, opera dentro da lógica do biopoder. Como corolário ilustrativo, Foucault (1999, p. 303) lembra que o biopoder se constitui como “essa tecnologia de poder que tem como objeto e objetivo a vida”, buscando prolongá-la e administrá-la; porém, paradoxalmente, também cria os mecanismos pelos quais o Estado pode “deixar morrer” e legitimar a morte de determinados grupos. No transcorrer dos desdobramentos, o enunciado de 17/06/2021 (“Quem pegou o vírus está imunizado”) exemplifica esse paradoxo. A mensagem desautoriza a vacinação e naturaliza a exposição ao contágio como meio de imunização. Trata-se de um caso em que o poder político “deixar morrer” se torna prática explícita, pois nega políticas de proteção coletiva em nome de uma suposta força biológica adquirida pelo adoecimento. Isto é, Foucault (1999, p. 304) observa que, em um sistema centrado no biopoder, “como exercer o poder da morte, num sistema político centrado no biopoder? [...] É deixando morrer”. À luz dessa formulação, o discurso presidencial reitera essa lógica ao transferir ao indivíduo a responsabilidade pelo risco de morte, enquanto o Estado se exime da obrigação de proteger.

No compasso dos acontecimentos, no dia 24/07/2021, JMB declara: “Se eu estivesse coordenando a pandemia não teria morrido tanta gente”. Aqui, o que se observa é a estratégia de inversão biopolítica: o governante, que de fato coordenava a gestão sanitária, desloca a culpa e se apresenta como protetor da vida. Mas, segundo Foucault (1999, p. 304), o racismo de Estado torna possível “introduzir afinal, nesse domínio da vida, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. A fala presidencial tenta reconstruir narrativamente esse corte, legitimando sua política como defensora da vida, quando na realidade funcionava como um dispositivo de exposição calculada à morte. O EMA de quase 500 mil reforça a força acumulada desse regime de enunciação, que se impôs como racionalidade dominante no espaço público.

Já em 02/09/2021, ao dizer que estava “melhor que o pessoal que tomou CoronaVac”, o presidente reafirma o biopoder enquanto hierarquização de vidas. O discurso não apenas

deslegitima uma vacina, mas divide a população em “fortes” e “fracos”, “imunizados naturalmente” e “dependentes da ciência”. É exatamente isso que Foucault (1999, p. 304) descreve ao afirmar que o racismo permite ao Estado “fragmentar esse campo do biológico [...] estabelecer uma cesura no interior da população”. A palavra presidencial cumpre essa função: segmenta corpos, diferencia-os biologicamente e introduz uma escala hierárquica que define quais vidas são plenas e quais são frágeis ou de menor valor.

No fluxo temporal contínuo, o enunciado de 08/09/2021 (“Covid apenas encurtou a vida delas por alguns dias ou algumas semanas”) radicaliza essa lógica ao naturalizar a morte dos vulneráveis. Nesse ponto, o discurso evidencia o mecanismo que, para Foucault (1999, p. 305), define a economia política da morte no biopoder: “quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, mais a vida em geral será sadia”. Ao reduzir mortes à insignificância temporal (“dias ou semanas”), o presidente legitima a exposição à morte como mecanismo de purificação social: a morte dos “fracos” é convertida em uma suposta vitalidade do todo. O crescimento do EMA para mais de 561 mil sinaliza a força necropolítica dessa retórica, em que a vida e a morte são administradas discursivamente pelo poder de Estado.

Em síntese, a progressão da EMA mostra como o discurso presidencial funcionou como operador de biopolítica, deslocando a função clássica do Estado de “fazer viver” para a de “deixar morrer”, legitimando hierarquias biológicas e naturalizando mortes em massa. Ao lado do racismo estrutural e político que permeia a sociedade brasileira, essa retórica instituiu um corte biopolítico no corpo da população, estabelecendo quem merecia viver e quem podia ser descartado. Para efeitos de esclarecimento, Foucault (1999, p. 306) é incisivo: “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. O discurso de JMB, nesse sentido, explicitou a face assassina do biopoder, instaurando no Brasil não apenas uma crise sanitária, mas uma gestão da morte pela palavra.

Subsequente a isso, entre 02 e 24 de dezembro de 2021, a curva *da Pandemia da Palavra* salta de 593.027 para 616.839, revelando um patamar discursivo saturado, no qual a morte já não é apenas naturalizada, mas integrada como horizonte aceitável da vida coletiva. O enunciado inaugural, de 02/12/2021 (“Deixa eu morrer, problema é meu”), é emblemático da necropolítica. Ao deslocar a morte para a esfera da decisão individual, o presidente desresponsabiliza o Estado e, simultaneamente, transforma a exposição à morte em um ato de liberdade. Trata-se de uma inscrição discursiva que remete à lógica descrita por Mbembe (2018, p. 27), para quem a soberania necropolítica “é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é”. Ao declarar que o morrer é problema apenas

de cada sujeito, o governante define implicitamente que vidas não merecem ser protegidas pelo Estado, instaurando um campo de descartabilidade.

Poucos dias depois, em 07/12/2021, com a frase “Quer fechar de novo, porra?”, dirigida à Anvisa, vemos a emergência do que Mbembe (2018, p. 27) chamou de estado de exceção permanente, típico da ocupação colonial, no qual as instituições civis são colocadas sob vigilância e intimidação constantes. Nesse ponto, o discurso presidencial não apenas se opõe às recomendações sanitárias, mas desqualifica a agência estatal responsável por preservar a vida coletiva, submetendo-a ao poder pessoal do soberano que define arbitrariamente os limites entre abrir e fechar, entre viver e morrer. Na mesma data, o ataque ao passaporte vacinal como “coleira que querem botar no povo brasileiro” reitera a estratégia necropolítica de produzir a vacinação – instrumento de preservação da vida – como mecanismo de opressão e subjugação. Aqui, a palavra presidencial configura o que Mbembe (2018) descreve como ocupação discursiva, que se apropria de metáforas coloniais (“coleira”) para inverter o significado da proteção sanitária em dispositivo de violência. Tal retórica não apenas rejeita a disciplina biopolítica, mas instaura uma “zona de morte” simbólica, na qual a recusa à vacina se torna ato de resistência contra um suposto invasor, mesmo ao custo de expor a população à morte.

De forma abruptamente desconcertante, o ápice necropolítico dessa série discursiva se dá em 24/12/2021, quando o presidente afirma: “Não tá havendo morte de criança que justifique”. Essa declaração reconfigura a soberania naquilo que Mbembe (2018, p. 50) chamou de produção de “mundos de morte”: espaços nos quais populações inteiras são privadas da dignidade e relegadas a uma condição de mortos-vivos. Ao negar relevância à morte de crianças, o discurso opera uma radical exclusão do campo da vida que merece ser protegida, instaurando uma hierarquia na qual nem mesmo a infância escapa da lógica de descartabilidade. O que se vê é a construção de uma zona de não-ser, onde a morte não é mais tragédia, mas dado banal, administrado como insignificante.

Com efeito, a progressão do EMA em dezembro de 2021 não apenas confirma a escalada do negacionismo, mas revela sua mutação em um regime necropolítico pleno. Se, com Foucault, o biopoder ainda se estruturava em torno da tensão entre “fazer viver e deixar morrer”, com Mbembe (2018, p. 52) compreendemos que, nesses enunciados, a gestão discursiva da pandemia operou como necropoder: não apenas deixar morrer, mas fazer morrer, instituindo condições sociais e políticas que transformaram vastas parcelas da população em descartáveis. O governo, pela palavra, criou um verdadeiro “mundo de morte”, em que o morrer se tornou política de Estado e o viver, privilégio de poucos. Nesse sentido, essa configuração necropolítica, ao mesmo tempo em que delimita quais vidas são preservadas e quais podem ser

descartadas, encontra correspondência no que denominamos Pandemia da Palavra. Se Mbembe (2018) nos mostra que a soberania moderna se exerce por meio da produção de espaços de morte, a *Pandemia da Palavra* evidencia que tais espaços não são apenas militares ou territoriais, mas também discursivos: eles se disseminam como um contágio simbólico, capaz de infectar o tecido social pela repetição e pela banalização da morte. Assim como o necropoder fabrica “mundos de morte”, a palavra presidencial, convertida em vetor patogênico, fabricou um ambiente comunicacional saturado de desinformação, sarcasmo e indiferença, no qual a morte deixou de ser exceção e passou a ser normalizada como horizonte comum da vida coletiva.

Defesas finais

A análise empreendida permitiu demonstrar que os discursos presidenciais durante a pandemia da covid-19 não podem ser compreendidos como enunciados isolados ou meras manifestações de opinião pessoal. Pelo contrário, constituem-se como eventos discursivos inscritos em uma formação histórica que mobiliza, de modo regular e sistemático, mecanismos de exclusão, controle, naturalização da morte e banalização da tragédia. Ao articular o método arqueogenealógico, inspirado em Michel Foucault, com a métrica da *Pandemia Móvel da Palavra*, alusão a EMA nesse caso, foi possível captar a lógica de repetição, intensificação e acumulação dos enunciados. A cada novo discurso – marcado pelo sarcasmo, pela recusa da ciência, pela desresponsabilização estatal – o EMA evidenciou o efeito de propagação discursiva: palavras que não se esgotam no instante de sua enunciação, mas permanecem circulando como ressonância social, ganhando força na medida em que são reiteradas e incorporadas por sujeitos e instituições.

As categorias arqueológicas de *formação discursiva*, *enunciado*, *a priori histórico* e o *arquivo* (Foucault, 2005) mostraram como tais discursos emergiram dentro de um campo de possibilidades discursivas que lhes deu coerência, ainda que dispersa. Do mesmo modo, as categorias genealógicas – *A ordem do discurso*, *Biopoder/Biopolítica* e *Necropolítica* – iluminaram a rede de relações de poder que sustentou a circulação desses enunciados, ao mesmo tempo em que desvelaram as formas de sujeição e normalização produzidas. Ao aproximar esses discursos da teoria da ordem do discurso (Foucault, 1996), evidenciamos como operaram interdições e privilégios enunciativos: quem podia falar e com que efeitos de verdade. Com a lente do biopoder (Foucault, 1999), observamos o modo como a gestão da vida se transformou,

paradoxalmente, em gestão da morte, invertendo a lógica da proteção estatal em exposição calculada ao risco. Finalmente, pela categoria da necropolítica (Mbembe, 2018), compreendemos que a soberania contemporânea pode se exercer pela administração da morte em larga escala, definindo quais corpos importam e quais são descartáveis.

É nesse ponto que se insere a originalidade de nossa proposta: a formulação da *Pandemia da Palavra*. Tal conceito sustenta que a palavra, ao circular repetidamente com densidade viral, pode operar como vetor patogênico, instaurando um verdadeiro contágio discursivo. Não se trata apenas de metáfora, mas de um processo material e político: a palavra presidencial infectou o espaço público, instaurando regimes de indiferença, de cinismo e de violência simbólica que, ao se espalhar, impactaram diretamente na produção de subjetividades e, em última instância, na gestão concreta da vida e da morte durante a crise sanitária. Assim, defendemos que a *Pandemia da Palavra* é uma atualização radical das reflexões foucaultianas e mbembianas: se para Foucault o discurso organiza as condições de possibilidade da verdade, e para Mbembe o necropoder define o espaço de exercício soberano da morte, a *Pandemia da Palavra* mostra que ambos se encontram num terreno onde o dizer, reiterado e viralizado, fabrica um “mundo de morte” discursivo que se desdobra em consequências materiais.

Concluimos, portanto, que compreender os discursos presidenciais não é apenas exercício de crítica textual, mas tarefa vital de diagnóstico de nossa atualidade. O Brasil, durante a pandemia, vivenciou não só uma crise epidemiológica biológica, mas também uma crise epidemiológica discursiva, na qual a palavra – repetida, zombeteira e necropolítica – tornou-se ela própria um vírus social. Nesse sentido, a defesa final é clara: se houve uma política de morte, ela não se deu apenas pela omissão do Estado, mas pela proliferação calculada de enunciados que, ao se espalharem como contágio, moldaram práticas, subjetividades e destinos coletivos.

Referências

BRASIL. **COVID19**: Painel Coronavírus. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: www.saude.gov.br. Acessado em: 23 nov. 2024.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2002.

MACÊDO JÚNIOR, Adriano Menino de et al. O discurso negacionista no desgoverno Bolsonaro como “influenciador” da mortalidade pela Covid-19: um paralelo entre a biopolítica e a necropolítica. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 45, p. 541-576, 2023.

MACÊDO JÚNIOR, Adriano Menino de. O discurso como infecção: análise do impacto do discurso negacionista de um chefe de estado durante e após a pandemia de covid-19. **IF-Sophia**: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica, v. 10, n. 27, p. 221-255, 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Vitória de. 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. **Poder360**, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

Recebido em: 16 de agosto de 2025
Aceito em: 13 de novembro de 2025